

**AS MÍDIAS DIGITAIS E A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM
DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO****DOI: 10.5281/zenodo.19582912****Maria do Perpétuo Socorro Campos Mendes**

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must Universit E-mail: socorro.mendes.doc@gmail.com

RESUMO: A incorporação das mídias digitais aos processos educacionais tem potencializado as oportunidades de ensino e aprendizagem, configurando-se como recurso relevante, sobretudo, para a promoção da inclusão educacional de estudantes com deficiência. Diante dos desafios históricos que permeiam o acesso e a permanência de estudantes com deficiência no ambiente escolar, as tecnologias digitais apresentam-se como ferramentas estratégicas para a promoção da equidade e o fomento à participação ativa no processo educacional. Este artigo tem como objetivo geral analisar o papel das mídias digitais na promoção da inclusão de estudantes com deficiência no contexto educacional. Os objetivos específicos são: contextualizar a Educação Inclusiva no Brasil à luz das normativas legais que garantem o direito à aprendizagem; identificar as potencialidades das mídias digitais como recursos pedagógicos acessíveis; refletir sobre a formação docente como elemento-chave para a utilização eficaz das tecnologias digitais em contextos inclusivos. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, sustentada por revisão bibliográfica de autores que abordam temáticas relacionadas à inclusão, às tecnologias educacionais e à formação docente. Os achados evidenciam que o uso intencional e planejado das mídias digitais pode contribuir de forma expressiva para o desenvolvimento da autonomia e para a ampliação das oportunidades de aprendizagem de estudantes com deficiência, favorecendo a construção de um ambiente educacional mais equitativo e democrático. Conclui-se que a efetividade dessas ferramentas está intrinsecamente vinculada à qualificação dos professores e ao compromisso institucional com os princípios da educação inclusiva.

Palavras-chave: deficiência; educação; inclusão; mídias digitais.

ABSTRACT: The incorporation of digital media into educational processes has enhanced teaching and learning opportunities, constituting a relevant resource, especially for promoting the educational inclusion of students with disabilities. Given the historical challenges that permeate the access and retention of students with disabilities in the school environment, digital technologies present themselves as strategic tools for promoting equity and fostering active participation in the educational process. This article's general objective is to analyze the role of digital media in promoting the inclusion of students with disabilities in the educational context. The specific objectives are: to contextualize Inclusive Education in Brazil in light of the legal regulations that guarantee the right to learning; to identify the potential of digital media as accessible pedagogical resources; to reflect on teacher training as a key element for the effective use of digital technologies in inclusive contexts. The research adopts a qualitative approach, supported by a literature review of authors who address topics related to inclusion, educational technologies, and teacher training. The findings demonstrate that the intentional and planned use of digital media can significantly contribute to the development of autonomy and expanded learning opportunities for students with disabilities, fostering the construction of a more equitable and democratic educational environment. It is concluded that the effectiveness of these tools is intrinsically linked to teacher qualifications and the institutional commitment to the principles of inclusive education.

Keywords: disability; education; inclusion; digital media.

1 INTRODUÇÃO

A expansão das tecnologias digitais nas práticas sociais contemporâneas tem desencadeado transformações significativas em múltiplas dimensões da vida humana, com destaque para o campo educacional. Nesse contexto, a escola, enquanto instituição social, é instada a reconfigurar suas formas de organização, os processos de mediação pedagógica e as estratégias de acesso ao conhecimento, em resposta às demandas de uma cultura digital cada vez mais abrangente e dinâmica. Nessa perspectiva, destaca-se a pertinência do debate acerca da inclusão de estudantes com deficiência, particularmente no que concerne à utilização de mídias digitais como mediadoras de processos de ensino e aprendizagem orientados por princípios de equidade.

A inclusão educacional, concebida como direito inalienável e respaldada por documentos normativos como a Constituição Federal de 1988, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), impõe ao sistema educacional o compromisso com práticas pedagógicas que respeitem a diversidade e eliminem barreiras ao pleno desenvolvimento de todos os estudantes. Nessa perspectiva, as mídias digitais — compreendidas como instrumentos comunicacionais e interativos ancorados em dispositivos e ambientes digitais — despontam como ferramentas promissoras para a efetivação de uma escola democrática, acessível e inclusiva.

Apesar dos avanços legislativos e das proposições teóricas em favor da inclusão, persistem inúmeros entraves no cotidiano escolar que dificultam a materialização desses princípios. Barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e, sobretudo, atitudinais ainda limitam a participação plena de estudantes com deficiência. Muitos docentes enfrentam desafios quanto à formação adequada para o uso crítico das tecnologias, bem como quanto à disponibilidade de recursos pedagógicos acessíveis. Assim, coloca-se a seguinte problemática: de que maneira as mídias digitais podem contribuir para a efetivação da inclusão de estudantes com deficiência, considerando as possibilidades e os desafios presentes na prática pedagógica contemporânea?

Com base nesse questionamento, este artigo tem como objetivo geral analisar o papel das mídias digitais na promoção da inclusão de estudantes com deficiência no contexto educacional. Os objetivos específicos são: contextualizar a Educação Inclusiva no Brasil à luz das normativas legais que garantem o direito à aprendizagem; ISSN: 2966-4705

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

identificar as potencialidades das mídias digitais como recursos pedagógicos acessíveis; refletir sobre a formação docente como elemento-chave para a utilização eficaz das tecnologias digitais em contextos inclusivos.

A metodologia utilizada configura-se como uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório e abordagem bibliográfica, fundamentada na análise de produções científicas, legislações e diretrizes educacionais pertinentes ao campo da inclusão e das tecnologias digitais. A análise dos referenciais teóricos permite problematizar os discursos, as práticas e os desafios que envolvem a inserção das mídias digitais como ferramentas inclusivas.

Este estudo propõe, portanto, uma reflexão crítica sobre a articulação entre tecnologia, inclusão e formação docente, sustentada por uma perspectiva ética, pedagógica e política que defende a educação como direito de todos. Ao final, espera-se contribuir para o avanço de práticas educacionais mais sensíveis à diversidade e comprometidas com a justiça social.

2 INCLUSÃO EDUCACIONAL: PRINCÍPIOS E DESAFIOS

A inclusão no processo educativo configura-se como um paradigma transformador, que rompe com modelos excludentes historicamente predominantes e afirma o direito de todos à educação, sem restrições impostas por suas condições físicas, sensoriais, cognitivas ou sociais. Para além de uma diretriz normativa, trata-se de um compromisso ético e político que embasam a estruturação de sistemas educacionais equitativos e centrados na valorização da diversidade humana (Mantoan, 2006; Aranha, 2001).

O princípio da inclusão é fundamentado na compreensão de que a diferença não deve ser tratada como déficit, mas como expressão legítima da pluralidade que constitui a experiência humana. A partir dessa perspectiva, torna-se necessário reestruturar as instituições escolares em múltiplos níveis: arquitetônico, curricular, pedagógico e relacional. Stainback e Stainback (1999) enfatizam que uma escola inclusiva não se limita à presença física de alunos com deficiência, mas implica sua participação efetiva em um espaço que acolha e responda às suas especificidades.

Entretanto, o trajeto para consolidar práticas inclusivas ainda é permeado por diversos entraves. Uma das questões centrais está relacionado à permanência de visões

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

capacitistas nas escolas, as quais interpretam a deficiência sob uma ótica biomédica e reducionista, desconsiderando os fatores contextuais que limitam o ingresso e a apropriação do conhecimento (Sassaki, 2005). Soma-se a isso a precariedade na formação inicial e continuada dos docentes, que muitas vezes não contempla as habilidades essenciais para o exercício da função em contextos heterogêneos.

A ausência de recursos pedagógicos acessíveis, de infraestrutura adequada e de apoio especializado também contribui para a manutenção de barreiras que inviabilizam a inclusão plena. Em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), cabe ao Estado garantir os meios necessários para assegurar o Atendimento Educacional Especializado (AEE), promovendo condições de acessibilidade física, comunicacional e pedagógica.

Não menos relevante são os desafios de ordem atitudinal, que envolvem valores, crenças e posturas dos profissionais da educação. A efetivação da inclusão requer uma mudança de paradigma que transcende aspectos técnicos e demanda a adoção de uma postura pedagógica pautada no respeito, na escuta ativa e na valorização do potencial de cada estudante. Mittler (2003) ressalta a responsabilidade para com a inclusão depende mais da disposição ética e política dos educadores do que da disponibilização de recursos materiais.

Portanto, para consolidar uma educação inclusiva, torna-se essencial articular políticas públicas, formação docente qualificada e uma cultura escolar que reconheça a diversidade como valor formativo. O incentivo à equidade exige tratar desigualmente os desiguais, no sentido de oferecer a cada estudante os meios necessários para seu pleno desenvolvimento (Fraser, 2001). Incluir é, acima de tudo, transformar a escola em um ambiente onde todos sejam assegurados a aprendizagem com dignidade, pertencimento e respeito às suas singularidades.

3 AS MÍDIAS DIGITAIS COMO FERRAMENTAS INCLUSIVAS

A incorporação das mídias digitais à educação tem ampliado as potencialidades de inovação pedagógica, sobretudo no tocante ao enfrentamento de barreiras históricas que limitam o acesso de alunos com deficiência no processo de construção do conhecimento. Compreendidas como dispositivos e plataformas interativas voltadas à construção e disseminação do saber, as mídias digitais configuram-se como recursos

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

estratégicos no fortalecimento voltada a educação inclusiva (Kenski, 2012).

Essas tecnologias, quando utilizadas de forma intencional e didaticamente planejada, favorecem o ensino personalizado, a diversificação dos materiais didáticos e o respeito aos diferentes ritmos e modalidades de aprendizagem. No âmbito da inclusão, sua relevância está associada à capacidade de prover múltiplas vias de acesso a informação, representação dos conteúdos e expressão do conhecimento, conforme propõe o Desenho Universal para a Aprendizagem (CAST, 2018).

A acessibilidade digital proporcionada pelas mídias inclui ferramentas como leitores de tela, softwares com comandos por voz, vídeos com tradução em Libras, legendas automáticas, audiolivros e materiais visuais com linguagem simplificada. Essas soluções promovem a independência dos alunos com deficiência, simultaneamente ampliam seu protagonismo na esfera pedagógica. Meyer, Rose e Gordon (2014) afirmam que tais recursos contribuem para romper com a lógica da adaptação tardia, oferecendo acessibilidade desde o planejamento pedagógico.

Além de instrumentos de mediação, as mídias digitais também possibilitam a adoção de metodologias ativas, com destaque para a aprendizagem baseada em projetos, a gamificação e o ensino híbrido. Tais abordagens favorecem o engajamento efetivo dos estudantes e incentivam o aprendizado em colaboração, criando ambientes mais engajadores e democráticos.

Entretanto, o uso efetivo dessas tecnologias exige mais do que sua simples disponibilização. Segundo Moran (2015), é a mediação pedagógica crítica que confere significado à incorporação de tecnologias no contexto educacional. Nesse sentido, cabe ao docente selecionar, adaptar e integrar os recursos digitais ao projeto pedagógico da escola, considerando as especificidades dos alunos e das competências a serem desenvolvidas.

A democratização do acesso às mídias digitais também depende de políticas públicas que assegurem infraestrutura adequada, conectividade e suporte técnico e pedagógico. A UNESCO (2020) destaca que a exclusão digital representa uma das principais ameaças ao direito à educação no século XXI, sobretudo em situações de vulnerabilidade social.

Assim, a potência das mídias digitais para o fomento à inclusão educacional está diretamente condicionada à intencionalidade pedagógica, ao preparo docente e ao

compromisso institucional com a equidade. Trata-se de compreender essas tecnologias não como soluções mágicas, mas como ferramentas de transformação pedagógica que, quando bem articuladas, ampliam o direito à aprendizagem de todos os sujeitos.

4 FORMAÇÃO DOCENTE E TECNOLOGIAS DIGITAIS NA INCLUSÃO

A capacitação de professores é elemento estruturante para o êxito da educação inclusiva potencializada por tecnologias. A complexidade que caracteriza os contextos escolares contemporâneos, marcados por heterogeneidade e demandas diversas, exige do professor habilidades pedagógicas e tecnológicas e atitudinais para integrar de forma qualificada as mídias digitais ao ensino voltado à diversidade (Nóvoa, 2009).

Ainda que os documentos oficiais reconheçam a relevância da formação continuada, muitas iniciativas formativas permanecem fragmentadas, descontextualizadas e centradas apenas na dimensão técnica. Tal limitação compromete a habilidade dos educadores de atuarem de forma crítica e inovadora frente aos desafios da inclusão. Mendes (2010) observa que, mesmo nos cursos de licenciatura, a temática da deficiência ainda é tratada de forma pontual, com pouco aprofundamento metodológico.

Nesse cenário, a formação dos professores deve contemplar aspectos como: acessibilidade digital, práticas educativas inclusivas, abordagem do design universal para aprendizagem, utilização de recursos tecnológicos assistivos e fomento ao desenvolvimento de currículos flexíveis. Como destaca Rodrigues (2019), programas formativos que dialogam com a realidade escolar, respeitam os conhecimentos dos professores e promovem reflexão coletiva favorecem a ressignificação da prática pedagógica.

A reconfiguração da função do professor constitui igualmente um elemento central. Ao invés de mero repassador de conteúdos, o docente assume a função de mediador de aprendizagens, articulador de saberes e facilitador de processos cognitivos. Para Moran (2015), essa mudança de postura é fundamental para a incorporação das tecnologias digitais à lógica da efetivação da inclusão e dos processos de aprendizagem ativa.

A ausência de formação em recursos de tecnologia adaptativa, por exemplo, pode gerar práticas excludentes ou ineficazes, limitando a capacidade das ferramentas digitais

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

como instrumentos de acessibilidade (Ferreira, 2020). Por isso, a capacitação dos professores deve ser contínua, contextualizada e orientada por uma concepção pedagógica inclusiva.

Ademais, é fundamental ultrapassar resistências e inseguranças que ainda permeiam o uso das tecnologias. Tais obstáculos, muitas vezes associados à falta de apoio institucional, precisam ser enfrentados por meio da valorização docente, da oferta de orientação técnica e da formação de redes de aprendizagem entre professores (Oliveira & Freitas, 2018).

Assim, investir na capacitação de docente é investir na efetividade da educação inclusiva. Não se trata apenas de promover o aprendizado no uso de ferramentas digitais, mas de fomentar uma cultura profissional sensível à diversidade, comprometida com a equidade e capaz de utilizar as tecnologias como aliadas na promoção do direito à aprendizagem para todos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reconfiguração da educação nas últimas décadas tem sido profundamente marcada pelo progresso tecnológico e pelo fortalecimento de princípios que sustentam a educação inclusiva como um direito inalienável de todos os sujeitos. A presença das mídias digitais no cotidiano das escolas não é mais uma possibilidade futura, mas uma realidade concreta que exige reconfigurações pedagógicas, didáticas e estruturais. Diante disso, torna-se imprescindível compreender a capacidade dessas ferramentas de fomentar a inclusão de estudantes com deficiência, particularmente em relação à ampliação de oportunidades de acesso, participação e aprendizagem.

As mídias digitais, ao viabilizarem diferentes formas de comunicação, interação e expressão, contribuem para a transposição de desafios que historicamente marginalizaram os alunos com deficiência no âmbito escolar. Recursos como vídeos, plataformas interativas, leitores de tela, sintetizadores de voz, jogos pedagógicos adaptados, espaços digitais de aprendizagem e aplicativos acessíveis são exemplos concretos de instrumentos que podem ser empregados para garantir experiências educacionais mais significativas, respeitando os ritmos, estilos e necessidades específicas de cada estudante. Quando bem utilizadas, essas mídias favorecem a personalização do ensino, estimulam a autonomia dos estudantes e promovem o processo de construção do conhecimento de maneira mais

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

equitativa e inclusiva.

Contudo, a simples presença das tecnologias na escola não assegura, por si só, uma prática inclusiva. A efetivação da inclusão demanda intencionalidade pedagógica, planejamento colaborativo e uma cultura escolar comprometida com a valorização da diversidade. Nesse sentido, a formação dos profissionais da educação desempenha papel estratégico. É crucial que os docentes estejam preparados não apenas para operar dispositivos tecnológicos, mas, sobretudo, para repensar suas práticas à luz de concepções pedagógicas que acolham a diferença como valor e não como obstáculo. A formação inicial e continuada deve oportunizar espaços de reflexão crítica, experimentação e troca de experiências, permitindo que o professor desenvolva competências para integrar, de forma ética e criativa, recursos tecnológicos aplicados ao ensino e à aprendizagem.

Outro ponto que merece destaque é o papel das políticas públicas na consolidação de uma educação inclusiva mediada pelas mídias digitais. A presença de legislações e diretrizes voltadas à acessibilidade digital e à inclusão escolar é um avanço importante, mas ainda é necessário que essas normativas se traduzam em ações efetivas nos territórios escolares. Investimentos voltados ao desenvolvimento da infraestrutura tecnológica, conectividade, aquisição de recursos acessíveis e suporte técnico-pedagógico são condições fundamentais para que as escolas possam, de fato, concretizar os princípios da inclusão. Além disso, a gestão escolar deve estar comprometida com a criação de um ambiente democrático, colaborativo e sensível às necessidades da comunidade escolar, especialmente dos estudantes em situação de vulnerabilidade.

Vale destacar que a inclusão mediada por mídias digitais não se resume à incorporação de dispositivos ou plataformas no cotidiano escolar. Trata-se de uma transformação paradigmática que implica revisar concepções sobre currículo, avaliação, planejamento e relações pedagógicas. A proposta de uma educação digital inclusiva requer a construção de espaços de aprendizagem que promovam o protagonismo dos alunos com deficiência, garantindo-lhes oportunidades reais de desenvolvimento, participação e pertencimento. A escola inclusiva, portanto, não é aquela que apenas recebe o estudante com deficiência, mas aquela que se transforma continuamente para acolhê-lo de forma plena, valorizando sua singularidade.

Diante dos entraves e das potencialidades discutidas ao longo deste estudo, reafirma-se a relevância de fortalecer práticas pedagógicas que articulem tecnologias e

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

inclusão com sensibilidade, responsabilidade e compromisso social. A construção de uma educação mais justa, equitativa e democrática passa, necessariamente, pela superação de barreiras que ainda se impõem no cotidiano escolar e pela abertura de novas abordagens de ensino e aprendizagem. As mídias digitais, quando inseridas com intencionalidade pedagógica, tornam-se aliadas fundamentais nesse processo de transformação.

Por fim, conclui-se que o processo de efetivação da inclusão de estudantes com deficiência através das mídias digitais exige ação conjunta de professores, gestores, famílias, estudantes e poder público. Trata-se de um processo contínuo, desafiador e profundamente humano, que demanda sensibilidade, escuta ativa e o compromisso coletivo com uma educação que reconheça e valorize a diversidade como princípio estruturante do exercício pedagógico.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofia da educação*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>.

CAST. *Universal design for learning guidelines version 2.2*. Wakefield: CAST, 2018. Disponível em: <http://udlguidelines.cast.org>.

FERREIRA, M. H. Educação inclusiva e tecnologias digitais: reflexões sobre práticas pedagógicas. *Revista Educação Pública*, v. 20, n. 2, p. 1–15, 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/2/educacao-inclusiva-e-tecnologias-digitais-reflexoes-sobre-praticas-pedagogicas>.

KENSKI, Vani Moreira. *Tecnologia e ensino presencial e a distância*. 5. ed. Campinas: Papirus, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2006.

MEYER, Anne; ROSE, David H.; GORDON, David. *Universal design for learning: theory and practice*. Wakefield: CAST, 2014.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A educação inclusiva como direito: avanços e desafios da política educacional brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 44, p. 27–46, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000100003>.

MITTLER, Peter. *Educación inclusiva: contextos sociales y diversidad*. Madrid: Narcea, 2003.

MORAN, José Manuel. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, Lilian; MORAN, José Manuel; TREVISANI, Fernando (org.). *Metodologias ativas para uma educação inovadora*. Porto Alegre: Penso, 2015. p. 15–33.

OLIVEIRA, G. S.; FREITAS, D. S. Tecnologias digitais na educação inclusiva: reflexões sobre práticas pedagógicas. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 13, n. 1, p. 352–365, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v13.n1.2018.9305>.

RODRIGUES, David. *Educação inclusiva: o que é? por quê? como?*. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO. *Política de inclusão: desenvolver escolas para todos*. Paris: UNESCO, 2009. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184702>.